

# ESCOLARIDADE E RENDA PARA EFEITO DE GRATUIDADE NO SENAI

n.7

Brasília 2009



**ESCOLARIDADE E RENDA PARA EFEITO  
DE GRATUIDADE NO SENAI**

## **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI**

*Presidente: Armando de Queiroz Monteiro Neto*

## **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI Conselho Nacional**

*Presidente: Armando de Queiroz Monteiro Neto*

## **SENAI – Departamento Nacional**

*Diretor-Geral: José Manuel de Aguiar Martins*

*Diretora de Operações: Regina Maria de Fátima Torres*



*Confederação Nacional da Indústria  
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
Departamento Nacional*

# ESCOLARIDADE E RENDA PARA EFEITO DE GRATUIDADE NO SENAI

n.7

Brasília 2009



Modelo SENAI de Prospecção

Estudos Ocupacionais

©2009. SENAI – Departamento Nacional

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

SENAI/DN

**Unidade Tendências e Prospecção – UNITEP**

### Ficha Catalográfica

---

S491

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.  
Escolaridade e renda para efeito de gratuidade no SENAI /  
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.  
– Brasília : SENAI/DN, 2009.  
47 p. il. (Série Estudos Ocupacionais, n.7)

ISBN 978-85-7519-291-7  
1. Escolaridade 2. Renda I. Título

CDU: 37

---

#### **SENAI**

Serviço Nacional de  
Aprendizagem Industrial  
Departamento Nacional

#### **Sede**

Setor Bancário Norte  
Quadra 1 – Bloco C  
Edifício Roberto Simonsen  
70040-903 – Brasília – DF  
Tel.: (0xx61) 3317-9000  
Fax: (0xx61) 3317-9190

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Regras de acesso com base na renda utilizada, por programas sociais e assistenciais	14
Tabela 2 – Média de anos de estudo, por faixa de renda e região – 2006	19
Tabela 3 – Proporção de pessoas passíveis de atendimento direto em educação profissional – 2006	21
Tabela 4 – Distribuição da população com 14 anos ou mais, por idade na faixa de renda de até ½ SM – 2006	23
Tabela 5 – Distribuição da população com 14 anos ou mais, por idade na faixa de renda de até 1 SM – 2006	24
Tabela 6 – Distribuição da população, por idade na faixa de renda de até 2 SM – 2006	25
Tabela 7 – Distribuição da população, por idade na faixa de renda de até 3 SM – 2006	26

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Média de anos de estudo, por faixa de rendimento domiciliar <i>per capita</i> da população com 14 anos ou mais – Brasil 2006	18
Gráfico 2 – Proporção da população com 14 anos ou mais com escolaridade média acima do requerido pela indústria – Brasil 2006	21



# Sumário

1	Introdução	9
2	Pobreza e baixa renda: uma discussão preliminar	11
2.1	Conceito da pobreza	12
2.2	O conceito de pobreza adotado em políticas públicas	14
3	Características da população por faixa de renda	17
3.1	Escolaridade e renda	17
3.2	População com escolaridade acima da requerida pela indústria	19
3.3	Características do público-alvo na faixa de renda de até ½ SM	22
3.4	Características do público-alvo na faixa de renda de até 1 SM	23
3.5	Características do público-alvo na faixa de renda de até 2 SM	24
3.6	Características do público-alvo na faixa de renda de até 3 SM	26
4	Considerações finais	29
	Referências	33
	Anexos	35



# 1 Introdução

O Protocolo de Compromissos firmado entre o SENAI e os Ministérios da Educação, Fazenda e do Trabalho traz mudanças nas estratégias de atendimento do SENAI. Entre os temas acordados, a gratuidade é, sem dúvida, o que tem impacto mais significativo no posicionamento do SENAI, pois pode trazer modificações profundas na forma de atuação da instituição, uma vez que prevê a destinação, numa escala progressiva até 2014, de 2/3 da receita líquida de contribuição geral do SENAI para vagas gratuitas. O protocolo pressupõe a destinação dessas vagas a pessoas de baixa renda, preferencialmente, trabalhadores, empregados ou desempregados, matriculados ou que tenham concluído a educação básica.

Diante disso, torna-se estratégico para o SENAI fazer uma reflexão sobre o público-alvo para o qual deve se destinar a gratuidade, de forma a identificar possíveis divergências entre as características desse público e os requisitos do mercado de trabalho industrial. Também é preciso conhecer as características do público-alvo para que se possa melhor definir as ações de educação profissional e os seus impactos.

O objetivo deste Estudo é estimar a proporção de pessoas aptas a ingressarem em cursos de educação profissional, a partir da identificação das características da população brasileira por faixa de renda.

Para isso, o presente Estudo está composto, além dessa apresentação, por uma seção que trata dos conceitos de pobreza e baixa renda, uma terceira seção que busca analisar as características da população por faixa de renda e, por último, uma seção que traz as considerações finais. Por fim, são apresentados as Referências Bibliográficas e os Anexos que trazem dados regionais para subsidiar as análises e discussões sobre o tema.



## 2 Pobreza e baixa renda: uma discussão preliminar

A questão da gratuidade, abordada no Protocolo de Compromissos, requer uma discussão sobre o público-alvo, uma vez que as vagas gratuitas serão destinadas a pessoas de baixa renda, conforme prevê o “item 1.1.4” do referido Protocolo.

O termo baixa renda está associado a políticas públicas, embora, na prática, não exista um conceito único que seja utilizado para efeito de implementação de tais políticas. Conforme SAULE JÚNIOR (2006), o Governo Federal, através do Ministério do Planejamento, reconhece que quando se trata de população de baixa renda, é necessária a definição de “baixa renda” por norma específica.

Encontramos uma exceção no Art. 4º do Decreto nº 6.135, em que foram adotadas as seguintes definições:

**I – família:** a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio;

**II – família de baixa renda:** sem prejuízo do disposto no inciso I:

- a) aquela com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo; ou
- b) a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos;

**III – domicílio:** o local que serve de moradia à família.”

Podemos dizer que a baixa renda corresponde a uma parte da população que possui renda abaixo de um nível tal, que a impossibilita de ter acesso principalmente à alimentação, saúde e educação. Na prática, as políticas públicas buscam beneficiar aqueles que se encontram em situação de pobreza ou de extrema pobreza, cabendo, portanto, uma discussão sobre o que é pobreza e como caracterizá-la.

A presente seção está dividida em duas partes: na primeira, discutiremos o conceito de pobreza e na segunda, examinaremos como esse conceito aparece em algumas políticas públicas praticadas atualmente no Brasil.

## 2.1 Conceito de pobreza

Pode-se dizer, inicialmente, que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em um dado contexto histórico. Assim, considerando esse padrão mínimo de vida, as medidas de pobreza estão associadas ao salário mínimo que, conceitualmente, segundo a Constituição, deve suprir as necessidades básicas (alimentação, moradia, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social) do(a) trabalhador(a) e de sua família. Apesar disso, BARROS et al. (2000), um dos mais conceituados pesquisadores brasileiros sobre pobreza, considera que a pobreza não pode ser definida de forma única e universal.

A operacionalização do conceito de pobreza exige a utilização de um indicador, sendo que, em geral, a renda monetária ou o consumo são os mais utilizados para identificá-la. A partir daí, a questão principal passa a ser como determinar um nível de renda abaixo do qual um indivíduo será considerado pobre, o que caracterizará a chamada linha de pobreza. O indicador escolhido deve estar necessariamente vinculado ao custo de atender necessidades às básicas das pessoas, de acordo com a região geográfica em que vivem.

Outra forma usual de mensurar pobreza é estabelecer o valor da renda que permita atender às necessidades básicas das famílias, particularmente as alimentares. Neste caso, pode-se fixar um valor para estabelecer a renda mínima, como, por exemplo, uma parcela do salário mínimo, ou um valor “internacionalmente” definido – como US\$ 1 ajustado ao poder de compra local do Banco Mundial; ou estimar tal valor com base nos dados do consumo alimentar observado. Nesse sentido, o Banco Mundial tem utilizado o critério de um dólar por dia, por pessoa, como o nível de renda mínimo para que uma família não seja classificada como abaixo da linha da pobreza. Também neste sistema, quem tem renda menor a meio dólar por dia é considerado indigente.

Para o caso brasileiro, alguns autores, como BARROS et al. (2000 e 2007), NERI et al. (2001 e 2008) e HOFFMANN (2005), consideram pobre quem tem renda domiciliar *per capita*<sup>1</sup> mensal inferior a meio salário mínimo. Já o indigente é aquele que tem rendimento inferior a um quarto do salário mínimo. Segundo NERI (2008), considerando que a renda do trabalhador chefe de família pode beneficiar outros membros de sua família, como as crianças, por exemplo, o conceito mais adequado para auferir o nível de pobreza é a renda domiciliar *per capita*, que corresponde à soma da renda de todos os indivíduos do domicílio dividida pelo número total de moradores.

A importância da identificação das populações em situação de pobreza tem especial relevância no Brasil, onde o principal instrumento de política de combate à fome e à indigência tem sido a transferência de renda a famílias que comprovadamente se enquadram em um contexto de insegurança alimentar e/ou pobreza.<sup>2</sup>

A mensuração das populações em situação de pobreza extrema ou indigência pode ser feita através da associação entre a pobreza e a fome e a desnutrição, utilizando os indicadores de prevalência de desnutrição. Assim, adotando-se um conceito mais instrumental, consideram-se como em situação de extrema pobreza as famílias que apresentam renda inferior ao necessário para cobrir gastos alimentares. Segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV), a partir do cálculo do Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1 (IPC-C1), seriam consideradas pobres as famílias com renda insuficiente para adquirir bens básicos de moradia, transporte, vestuário e que gastam em média 40% de sua renda com alimentação.

Nesse sentido, para medir pobreza e extrema pobreza, Barros (2007) considera a média nacional para a pobreza de R\$ 162,59 (pouco menos de 1/2 salário mínimo *per capita*/mês, que era de R\$ 350,00 em 2005) e para a extrema pobreza de R\$ 81,29 *per capita*/mês (pouco mais de 1/4 do salário mínimo).<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Na verdade, a unidade de análise neste trabalho é o domicílio e não a família. A utilização do domicílio como unidade de análise é o que mais se aproxima do conceito de unidade orçamentária utilizado na PNAD.

<sup>2</sup> Para Belik e Grossi (2003), é fato que nem todo pobre vive em situação de insegurança alimentar e nem todo cidadão em situação de risco alimentar é necessariamente pobre, embora haja uma grande probabilidade de que isso ocorra.

<sup>3</sup> O ideal seria a construção de linhas regionalizadas de pobreza para melhor medir a pobreza, uma vez que ela está associada à estrutura social e institucional local. AZZONI et al. procuram definir linhas de pobreza para diferentes regiões usando informações da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE, pesquisa que cobre regiões urbanas, metropolitanas e rurais do país. No entanto, como o estudo utiliza dados referentes ao biênio 2002/2003, pode ser interessante, num segundo momento, utilizar tal metodologia com vistas à atualização das referidas linhas com base em dados mais recentes.

A partir desses parâmetros, são consideradas pobres e extremamente pobres todas as pessoas que vivem em domicílios com renda *per capita* inferior às linhas de pobreza e de extrema pobreza, respectivamente. Vale ressaltar que, se fizermos um exercício com base no salário mínimo atual (2008), que é de R\$ 415,00, os cortes aproximados ficariam entorno de R\$ 192,78 e R\$ 96,38, de renda domiciliar *per capita*, para pobreza e extrema pobreza, respectivamente.

## 2.2 O conceito de pobreza adotado em políticas públicas

No caso brasileiro, a aplicação do conceito de pobreza em políticas públicas se utiliza claramente dos referenciais acima descritos, embora apresente uma grande variação. Na Tabela 1, onde são descritos os critérios de inclusão de alguns programas sociais e assistenciais federais e/ou estaduais, podemos observar estes dois aspectos.

**Tabela 1 – Regras de acesso com base na renda utilizada, por programas sociais e assistenciais**

Programa Social	Crítérios de Inclusão
Bolsa Família	Podem fazer parte do Programa Bolsa Família as famílias em situação de pobreza – com renda mensal por pessoa de R\$ 60 a R\$ 120 – e extrema pobreza – com renda mensal por pessoa de até R\$ 60. A renda familiar é calculada a partir da soma dos rendimentos mensais de todas as pessoas da casa (como salários e aposentadorias).
ProUni	Dirigido a estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar <i>per capita</i> máxima de três salários mínimos.*
Ação Jovem (Estado de São Paulo)	O Projeto Ação Jovem objetiva beneficiar jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, com ensino fundamental e/ou médio incompleto e que se encontram em situação de vulnerabilidade social, priorizando aqueles pertencentes a famílias de renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos.
Renda Cidadã (Estado de São Paulo)	Famílias em situação de pobreza identificadas pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS com renda mensal <i>per capita</i> de até R\$ 100,00, priorizando mulheres chefes de família. São repassados R\$ 60,00 (sessenta reais) / mês por família.
Benefício de Prestação Continuada (BPC) (Estado do Espírito Santo)	Os benefícios assistenciais estão voltados para pessoas com deficiência e idosos com 65 anos ou mais que possuam renda mensal familiar inferior a um quarto do salário mínimo.
Tarifa Social de Energia	A inscrição no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal) está dirigida a pessoas que possuam uma faixa de consumo de até 220 KW/h e renda mensal <i>per capita</i> menor ou igual a meio salário mínimo nacional ou de até três salários mínimos para as famílias com portadores de doenças, cujo tratamento necessite do uso continuado de aparelhos que demandem consumo de energia elétrica.

Elaboração: Unitep/SENAI-DN.

\* Se o resultado for até um salário mínimo e meio (R\$ 622,50), o estudante poderá concorrer a uma bolsa integral. Se o resultado for maior que um salário mínimo e meio (R\$ 622,50) e menor ou igual a três salários mínimos (R\$ 1.245,00), o estudante poderá concorrer a uma bolsa parcial de 50%.

Conforme pode ser visto na Tabela 1, o conceito de pobreza é tomado como ponto de partida para a definição dos beneficiários dos programas, mas é flexibilizado de acordo com os seus objetivos, para que um maior número de pessoas possa ser atendido. Um exemplo disso é o ProUni, que permite o acesso a estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar *per capita* máxima de três salários mínimos.<sup>4</sup> Se o corte tivesse sido o da linha de pobreza ( $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita*), o número de beneficiários do programa seria extremamente reduzido já que, infelizmente, a maior parte dos indivíduos com essa renda não concluiu o ensino médio. Chegamos, portanto, à constatação de que, para melhor alcançar os objetivos dos programas sociais e assistenciais, os formuladores de políticas devem definir a faixa de renda dos beneficiários de tais programas.

**Consideramos que seja válido transpor essa situação para a realidade do SENAI, ou seja, se temos por objetivo principal qualificar e inserir nossos alunos no mercado de trabalho, em particular no mercado de trabalho industrial, o corte em termos de faixa de renda deve considerar o alcance deste objetivo.**

---

<sup>4</sup> O conceito utilizado pelo ProUni é o da renda domiciliar *per capita*. No entanto, utiliza o termo familiar como sinônimo de domicílio com vistas a facilitar o entendimento por parte dos candidatos.



## 3 Características da população por faixa de renda

Consideraremos, nesta seção, que a escolaridade é a principal variável que relaciona a faixa de renda e o alcance dos objetivos do SENAI, de modo que discutiremos nesta seção como o conceito de pobreza pode ser aplicado à gratuidade na educação profissional praticada pelo SENAI.

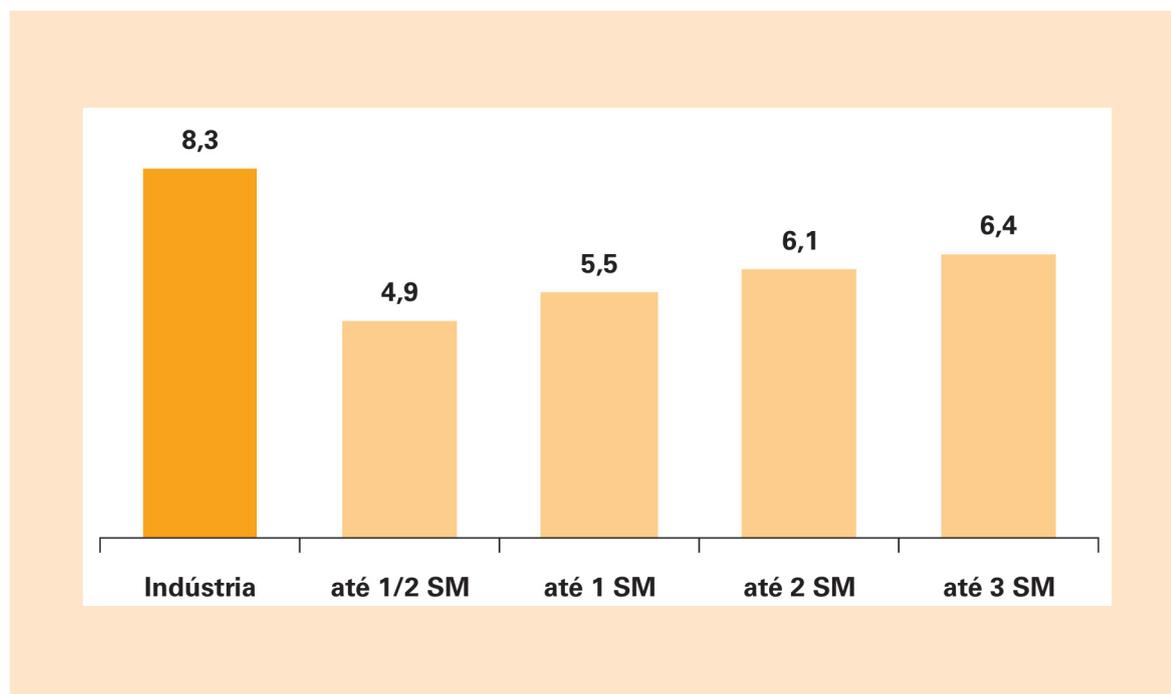
### 3.1 Escolaridade e renda

A aplicação do conceito de baixa renda para a educação profissional, a ser praticada pelo SENAI, requer inicialmente um conhecimento das características educacionais do público integrante de cada faixa de renda domiciliar *per capita*. Em seguida, será feita uma comparação com as exigências educacionais da indústria.

Uma primeira aproximação ao problema nos conduz a adotar o conceito de pobreza segundo a definição de BARROS (2007). Neste caso, o público-alvo da educação profissional seria composto por pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), nesta faixa de renda, ou seja, com renda domiciliar *per capita* de **até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo** em 2006, existiam 30,3 milhões de pessoas, ocupadas e desocupadas, com 14 anos ou mais, com uma média de escolaridade de 4,9 anos de estudo. Essa média de escolaridade é bastante inferior à média de 8,3 anos requeridos pela indústria brasileira em 2006.

Ao analisar a distribuição da média de anos de estudo por faixa de rendimento domiciliar *per capita* da população com 14 anos ou mais, conforme o Gráfico 1, verifica-se que à medida que se avança na faixa de renda, maior é a escolaridade média da população com 14 anos ou mais, 4,9 anos na faixa de até  $\frac{1}{2}$  SM, atingindo 6,4 anos na faixa de até 3 salários mínimos.

**Gráfico 1 – Média de anos de estudo, por faixa de rendimento domiciliar *per capita*<sup>5</sup> da população com 14 anos ou mais – Brasil 2006**



Fonte: PNAD/IBGE

A indústria, para fazer face à concorrência internacional, vem tornando seus processos produtivos mais complexos e com isso exigindo trabalhadores com maiores níveis de escolaridade e, portanto, maior qualificação. Essa situação nos faz crer que, se adotássemos uma faixa de renda muito baixa para a definição do público-alvo para a gratuidade como, por exemplo, a linha de pobreza ( $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita*), encontraríamos um público com escolaridade média muito abaixo da escolaridade média exigida pela indústria nacional, o que poderia dificultar muito, ou eventualmente inviabilizar, o alcance do principal objetivo institucional do SENAI, como também atingir as metas do Protocolo de Compromissos.

É importante considerar que existe uma variação significativa da escolaridade média da população, segundo a renda domiciliar *per capita*, e da escolaridade média da indústria entre os Estados e as regiões do país. Assim,

<sup>5</sup>Excluído pensionistas, empregados domésticos, parentes de empregados domésticos.

uma análise mais completa desse fenômeno deve considerar o seu comportamento pelas regiões geográficas, o que pode ser observado na Tabela 2 a seguir (escolaridade média por faixa de renda e região).

**Tabela 2 – Média de anos de estudo, por faixa de renda e região – 2006**

Regiões	Média de Anos de estudo na Indústria	Até 1/2 SM	Até 1 SM	Até 2 SM	Até 3 SM
Norte	6,3	4,9	5,5	6,0	6,2
Nordeste	7,0	4,4	4,9	5,2	5,4
Sudeste	9,0	5,7	6,1	6,6	6,9
Sul	8,4	5,2	5,8	6,4	6,7
Centro-Oeste	7,6	5,3	5,8	6,2	6,6
<b>Brasil</b>	<b>8,3</b>	<b>4,9</b>	<b>5,5</b>	<b>6,1</b>	<b>6,4</b>

Fonte: PNAD/IBGE.

A média de anos de estudo praticada na indústria é de 6,3 anos na região Norte e alcança 9,0 anos na região Sudeste, enquanto na população essa média varia de 4,4 anos de estudo para aqueles que se encontram na faixa de renda de até 1/2 SM na região Norte, atingindo um máximo de 6,9 anos de estudo para os que se encontram na faixa de até 3 SM na região Sudeste. Podemos observar também que, mesmo na faixa de até 3 SM, a média de escolaridade é inferior à requerida pela indústria. Outra observação é que a média de anos de estudo na população é sempre maior nas regiões Sul e Sudeste, em todas as faixas de renda consideradas.

### 3.2 População com escolaridade acima da requerida pela indústria

Para darmos seguimento à nossa análise, convém fazer duas considerações. A primeira refere-se ao fato de estarmos trabalhando com a média e a segunda é que será necessário distinguir entre atendimento direto em educação profissional e atendimento em educação profissional com elevação de escolaridade básica.

É preciso considerar, também, que algumas pessoas encontram-se acima e outras abaixo da média. Para melhorarmos a análise, consideraremos a proporção de pessoas, em cada dimensão considerada, que se encontra com escolaridade acima e abaixo da média de escolaridade requerida pela indústria.

Além disso, definiremos atendimento direto em educação profissional como a estratégia de formação voltada para as pessoas, em uma dada faixa de renda, que possuem escolaridade **acima** da requerida pela indústria. E definiremos atendimento em educação profissional com elevação de escolaridade básica como a estratégia de formação voltada para as pessoas, em uma dada faixa de renda, que possuem escolaridade **abaixo** da requerida pela indústria.

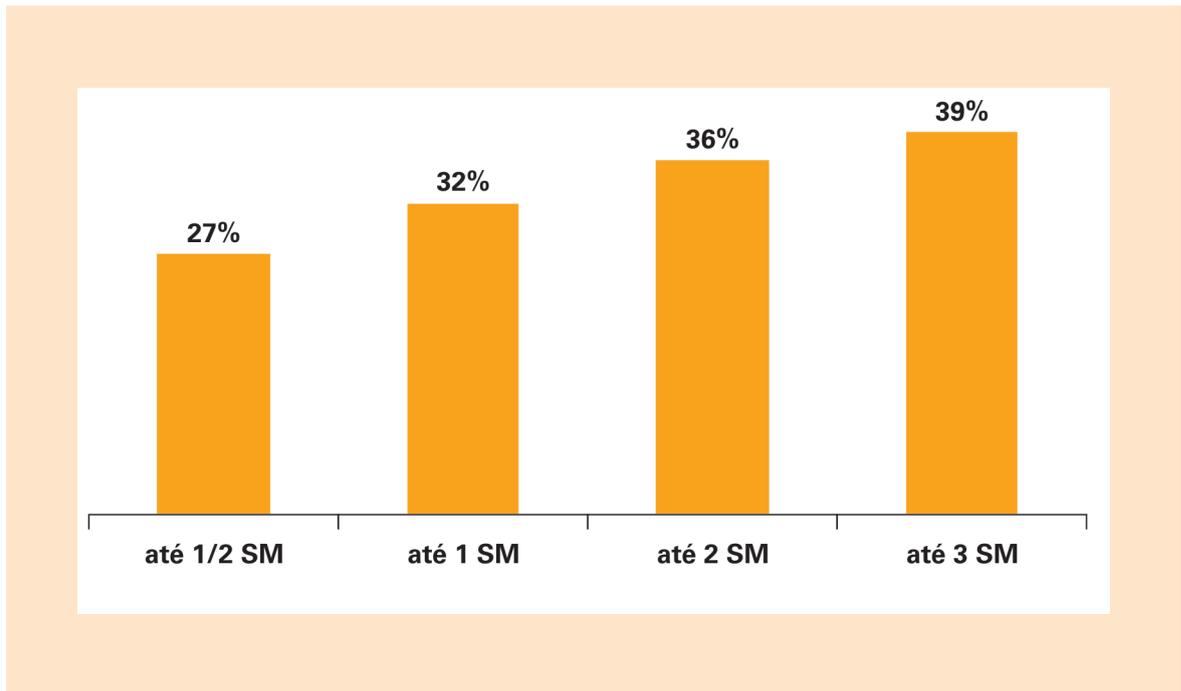
**Quanto maior a proporção de pessoas com escolaridade acima da média da indústria, maior a chance de atendimento em educação profissional ocorrer de forma direta, e quanto menor, maior será a probabilidade do atendimento em educação profissional necessitar estar associado a ações de educação básica.<sup>6</sup>**

O Gráfico 2 mostra que à medida que se avança nas faixas de renda, maior é a proporção de pessoas que têm uma média de escolaridade acima da média exigida pela indústria: 27% para até  $\frac{1}{2}$  SM, alcançando 39% na faixa de até 3 salários mínimos. Ou seja, quanto mais elevada a faixa de renda, maior o contingente de indivíduos que poderiam ingressar diretamente em programas de educação profissional. Inversamente, quanto mais baixa a faixa de renda, maior é o contingente de pessoas que deveriam receber atendimento em educação profissional com elevação de escolaridade básica.

---

<sup>6</sup> Cabe ressaltar que pode haver concomitância para cursos de nível básico, como qualificação e aperfeiçoamento e técnico de nível médio.

**Gráfico 2 – Proporção da população com 14 anos ou mais com escolaridade média acima do requerido pela indústria – Brasil 2006**



Fonte: PNAD/IBGE.

A seguir, faremos uma análise considerando a proporção de pessoas que apresenta escolaridade média acima da média da indústria para cada região separadamente, considerando as faixas de renda de até 1/2, 1, 2 e 3 salários mínimos, a partir da Tabela 3.

**Tabela 3 – Proporção de pessoas passíveis de atendimento direto em educação profissional – 2006**

Regiões	Até 1/2 SM	Até 1 SM	Até 2 SM	Até 3 SM
Norte	34%	42%	47%	49%
Nordeste	29%	35%	39%	41%
Sudeste	21%	27%	34%	37%
Sul	15%	22%	29%	33%
Centro-Oeste	27%	35%	41%	44%
<b>Brasil</b>	<b>27%</b>	<b>32%</b>	<b>36%</b>	<b>39%</b>

Fonte: PNAD/IBGE.

A proporção de pessoas passíveis de atendimento direto em educação profissional atinge um máximo de 49%, na faixa de até 3 SM, na região Norte e um mínimo de 15%, na faixa de renda de até ½ SM, na região Sul. Assim, ao considerarmos as regiões do país, teríamos um contingente de pessoas bastante variado com escolaridade compatível com a requerida pela indústria e que poderia ingressar diretamente na educação profissional.

O tempo de resposta do SENAI a demandas da indústria irá variar consideravelmente em função da quantidade de atendimentos diretos que a instituição poderá oferecer em um determinado período de tempo. Nas fases de crescimento econômico, em que a demanda fica mais aquecida, quanto maior a proporção de pessoas com escolaridade acima da escolaridade média da indústria, mais adequado e mais rápido poderá ser o atendimento. Nas fases de desaceleração da demanda, fica mais fácil gerenciar o volume de atendimento, mediante uma combinação do atendimento direto e do atendimento em educação profissional com elevação de escolarização básica.

### **3.3 Características do público-alvo na faixa de renda de até ½ SM**

Os dados do público alvo na faixa de renda de até ½ SM demonstram que a faixa de idade entre 18 e 24 anos apresenta a maior média de anos de estudo (6,8 anos), declinando a partir daí até atingir 1,5 ano para os que se encontram na faixa de 60 anos ou mais. Vale destacar ainda que na faixa etária de 14 a 17 anos (incorpora jovens em idade escolar) a média é de 5,9 anos de estudo, com apenas 28% dos jovens nessa faixa de renda possuindo escolaridade compatível com a requerida pela indústria.

A proporção dos que apresentam escolaridade acima da média da indústria também se comporta da mesma maneira, ou seja, atinge um máximo de 49% na faixa etária de 18 a 24 anos e um mínimo de 4% para os que possuem 60 anos ou mais (Tabela 4).

Outro dado relevante é que entre os que possuem escolaridade acima da requerida pela indústria, 24% encontravam-se ocupados e 29% desocupados, sendo que essas proporções variam de forma expressiva conforme a faixa etária.

**Tabela 4 – Distribuição da população com 14 anos ou mais, por idade na faixa de renda de até ½ SM – 2006**

	Faixa de Idade	Situação no Mercado de Trabalho	Média Anos de Estudo	Atendimento Direto à EP %
Brasil	14 a 17 anos	Ocupado	5,6	27%
		Desocupado	6,0	29%
		Total	5,9	28%
	18 a 24 anos	Ocupado	6,5	45%
		Desocupado	7,0	52%
		Total	6,8	49%
	25 a 34 anos	Ocupado	5,0	26%
		Desocupado	5,6	32%
		Total	5,3	29%
	35 a 44 anos	Ocupado	4,2	19%
		Desocupado	4,5	21%
		Total	4,3	20%
	45 a 59 anos	Ocupado	2,7	10%
		Desocupado	3,0	11%
		Total	2,9	10%
	mais de 60 anos	Ocupado	1,5	5%
		Desocupado	1,5	3%
		Total	1,5	4%
<b>Total</b>	<b>Ocupado</b>	<b>4,6</b>	<b>24%</b>	
	<b>Desocupado</b>	<b>5,2</b>	<b>29%</b>	
	<b>Total</b>	<b>4,9</b>	<b>27%</b>	

Fonte: PNAD/IBGE.

### 3.4 Características do público-alvo na faixa de renda de até 1 SM

Os dados do público-alvo na faixa de renda de até 1 SM demonstram que a faixa de idade entre 18 e 24 anos apresenta a maior média de anos de estudo (7,7 anos), declinando a partir daí, até atingir 1,8 ano para os que se encontram na faixa de 60 anos ou mais. Vale destacar, ainda, que na faixa etária de 14 a 17 anos (incorpora jovens em idade escolar) a média é de 6,3 anos de estudo, com apenas 32% dos jovens nessa faixa de renda possuindo escolaridade compatível com a requerida pela indústria.

A proporção dos que apresentam escolaridade acima da média da indústria também se comporta da mesma maneira, ou seja, atinge um máximo de 57% na faixa etária de 18 a 24 anos e um mínimo de 4% para os que possuem 60 anos ou mais (Tabela 5).

Outro dado relevante é que entre os que possuem escolaridade acima da requerida pela indústria, 33% encontravam-se ocupados e 31% desocupados, sendo que essas proporções variam de forma expressiva conforme a faixa etária.

**Tabela 5 – Distribuição da população com 14 anos ou mais, por idade na faixa de renda de até 1 SM – 2006**

Faixa de Idade	Situação no Mercado de Trabalho	Média Anos de Estudo	Atendimento Direto à EP %
14 a 17 anos	Ocupado	6,1	32%
	Desocupado	6,4	32%
	Total	6,3	32%
18 a 24 anos	Ocupado	7,6	55%
	Desocupado	7,7	60%
	Total	7,7	57%
25 a 34 anos	Ocupado	6,3	38%
	Desocupado	6,4	39%
	Total	6,3	38%
35 a 44 anos	Ocupado	5,4	28%
	Desocupado	5,1	26%
	Total	5,3	28%
45 a 59 anos	Ocupado	3,8	16%
	Desocupado	3,6	14%
	Total	3,7	15%
mais de 60 anos	Ocupado	1,8	5%
	Desocupado	1,8	4%
	Total	1,8	4%
<b>Total</b>	<b>Ocupado</b>	<b>5,6</b>	<b>33%</b>
	<b>Desocupado</b>	<b>5,4</b>	<b>31%</b>
	<b>Total</b>	<b>5,6</b>	<b>32%</b>

Fonte: PNAD/IBGE.

### 3.5 Características do público-alvo na faixa de renda de até 2 SM

Os dados do público-alvo na faixa de renda de até 2 SM demonstram que a faixa de idade entre 18 e 24 anos apresenta a maior média de anos de estudo (8,3), declinando a partir daí, até atingir 2,3 anos para os que se encontram na faixa de 60 anos ou mais. Vale destacar, ainda, que na faixa etária de 14 a 17

anos (incorpora jovens em idade escolar) a média é de 6,6 anos de estudo, com apenas 35% dos jovens nessa faixa de renda possuindo escolaridade compatível com a requerida pela indústria.

A proporção dos que apresentam escolaridade acima da média da indústria também se comporta da mesma maneira, ou seja, atinge um máximo de 64% na faixa etária de 18 a 24 anos e um mínimo de 6% para os que possuem 60 anos ou mais. Outro dado relevante é que entre os que possuem escolaridade acima da requerida pela indústria, 40% encontravam-se ocupados e 31% desocupados, sendo que essas proporções variam de forma expressiva conforme a faixa etária (Tabela 6).

**Tabela 6 – Distribuição da população, por idade na faixa de renda de até 2 SM – 2006**

<b>Faixa de Idade</b>	<b>Situação no Mercado de Trabalho</b>	<b>Média Anos</b>	<b>Acesso Direto à EP %</b>
14 a 17 anos	Ocupado	6,6	37%
	Desocupado	6,6	34%
	<b>Total</b>	6,6	35%
18 a 24 anos	Ocupado	8,5	64%
	Desocupado	8,2	64%
	<b>Total</b>	8,3	64%
25 a 34 anos	Ocupado	7,4	49%
	Desocupado	6,9	45%
	<b>Total</b>	7,3	47%
35 a 44 anos	Ocupado	6,4	36%
	Desocupado	5,6	29%
	<b>Total</b>	6,2	34%
45 a 59 anos	Ocupado	4,8	22%
	Desocupado	4,2	17%
	<b>Total</b>	4,6	20%
mais de 60 anos	Ocupado	2,4	7%
	Desocupado	2,3	6%
	<b>Total</b>	2,3	6%
<b>Total</b>	<b>Ocupado</b>	<b>6,5</b>	<b>40%</b>
	<b>Desocupado</b>	<b>5,5</b>	<b>31%</b>
	<b>Total</b>	<b>6,1</b>	<b>36%</b>

Fonte: PNAD/IBGE.

### 3.6 Características do público alvo na faixa de renda de até 3 SM

Conforme pode ser visto na Tabela 7, a faixa de 18 a 24 anos apresenta a maior média de anos de estudo (8,6), declinando a partir daí, até atingir 2,7 anos para os que se encontram na faixa de 60 anos ou mais. Vale destacar, ainda, que na faixa etária de 14 a 17 anos (incorpora jovens em idade escolar) a média é de 6,7 anos de estudo, com apenas 36% dos jovens nessa faixa de renda possuindo escolaridade compatível com a requerida pela indústria.

A proporção dos que apresentam escolaridade acima da média da indústria também se comporta da mesma maneira, ou seja, atinge um máximo de 67% na faixa etária de 18 a 24 anos e um mínimo de 8% para os que possuem 60 anos ou mais (Tabela 7).

**Tabela 7 – Distribuição da população, por idade na faixa de renda de até 3 SM – 2006**

Faixa de Idade	Situação no Mercado de Trabalho	Média Anos	Acesso Direto à EP
14 a 17 anos	Ocupado	6,7	38%
	Desocupado	6,7	35%
	Total	6,7	36%
18 a 24 anos	Ocupado	8,7	67%
	Desocupado	8,4	66%
	Total	8,6	67%
25 a 34 anos	Ocupado	7,9	53%
	Desocupado	7,1	47%
	Total	7,7	51%
35 a 44 anos	Ocupado	6,9	40%
	Desocupado	5,9	32%
	Total	6,6	38%
45 a 59 anos	Ocupado	5,4	27%
	Desocupado	4,6	20%
	Total	5,1	24%
mais de 60 anos	Ocupado	2,9	9%
	Desocupado	2,6	7%
	Total	2,7	8%
<b>Total</b>	<b>Ocupado</b>	<b>7,0</b>	<b>44%</b>
	<b>Desocupado</b>	<b>5,7</b>	<b>32%</b>
	<b>Total</b>	<b>6,4</b>	<b>39%</b>

Fonte: PNAD/IBGE.

Mais uma vez, à exceção da região Norte, a média de escolaridade requerida pela indústria é superior à média da população. Também nessa faixa de renda a região Norte é a única região em que a média de anos de estudo requerida pela indústria é inferior à média da população.

Outro dado relevante é que entre os que possuem escolaridade acima da requerida pela indústria, 44% encontravam-se ocupados e 32% desocupados, sendo que essas proporções variam de forma expressiva conforme a faixa etária.



## 4 Considerações finais

O Protocolo de Compromissos destina anualmente, até 2014, 2/3 da receita líquida de contribuição geral do SENAI para vagas gratuitas em cursos e programas de formação inicial e continuada e de formação técnica de nível médio. Além disso, as vagas deverão ser destinadas a pessoas de baixa renda, preferencialmente, trabalhador, empregado ou desempregado, matriculado ou que tenha concluído a educação básica.

Uma primeira reflexão que surge refere-se a como conciliar o cumprimento de tais metas com os objetivos do SENAI, considerando-se que a conciliação desses dois objetivos ocorre em um momento de expressiva expansão e diversificação da demanda por mão-de-obra por parte da indústria, seguida de uma maior complexidade no trabalho.

Como o SENAI tem por objetivo principal qualificar e inserir seus alunos no mercado de trabalho, em particular no mercado de trabalho industrial, a definição de baixa renda deve considerar o alcance deste objetivo. Como escolaridade e renda variam no mesmo sentido (maiores níveis de escolaridade são encontrados entre os que possuem maior renda e vice-versa – ver Gráfico 1), dependendo da definição de baixa renda, o atendimento às exigências da indústria pode ser inviabilizado. Desse modo, a escolha da faixa de renda domiciliar *per capita* deve tornar compatível o atendimento à população de baixa renda com as necessidades da indústria.

Como o nível de escolaridade do público-alvo da gratuidade para o SENAI se configura como a variável-chave para se estimar a probabilidade de acesso desse público à educação profissional, cabe à instituição a prerrogativa de definir a faixa de renda para a gratuidade, para que, ao mesmo tempo, possa ser alcançado seu objetivo principal de formar alunos e inseri-los no mercado de trabalho industrial e atingir as metas do Protocolo de Compromissos.

Convém analisar a questão educacional, também, do ponto de vista da qualidade de ensino. Em primeiro lugar, devemos considerar o fato de que a qualidade do ensino é muito precária. Por exemplo, os alunos da 8ª série

do ensino fundamental alcançaram, em 1995, **253** pontos em proficiência em matemática, quando poderiam ter atingido 400 pontos. Em 2007, alunos dessa mesma série e disciplina alcançaram **247** pontos, ou seja, menos que na década anterior. Esse quadro se repete para proficiência em português, em todas as séries pesquisadas e em todas as regiões.

Um segundo ponto é que, de acordo com o relatório do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2001, três grandes estruturas influenciam o desempenho cognitivo de um aluno: condição socioeconômica; família; escola freqüentada. Entre esses fatores, o nível socioeconômico (NSE) do aluno é o fator que mais explica a heterogeneidade dos resultados escolares. Diversos estudos apontam que crianças oriundas de famílias economicamente menos favorecidas cujos pais têm menor grau de instrução passam por maiores dificuldades tanto ao longo da infância quanto na fase adulta (Haveman e Wolfe, 1995). Já as crianças provenientes de famílias economicamente mais favorecidas estão usualmente inseridas em um contexto socioeconômico e cultural favorável ao acúmulo de conhecimento, que muitas vezes lhes proporcionam um ambiente favorável ao estudo que inclui, entre outros aspectos, o contato com pessoas instruídas no ambiente familiar e o acesso a melhores escolas, livros, recursos tecnológicos e a bens culturais como cinema, teatro e museu.

Isto significa que é maior a probabilidade de encontrarmos pessoas com níveis de proficiência em português e matemática piores do que a média nacional, que já se encontra em um patamar muito inferior ao que prevê a escala do SAEB.

Resumindo, o cumprimento das metas de gratuidade do Protocolo de Compromissos, que considera o atendimento a pessoas de baixa renda, deve ser alcançado preservando-se os objetivos institucionais. E para isso, a instituição deverá praticar um conceito de baixa renda que compatibilize as características da população com as necessidades da indústria.

Passemos agora ao segundo ponto de reflexão. Vimos que por meio da comparação entre as características da população brasileira por faixa de renda e os requisitos praticados pelo mercado de trabalho industrial e utilizando-se,

particularmente, a escolaridade média como variável de comparação, podemos identificar a proporção de pessoas que se encontram aptas a realizar um curso de educação profissional (ou seja, podem ingressar em cursos de educação profissional com escolaridade compatível com a requerida pela indústria). No entanto, cabe mencionar que, embora sejamos capazes de, nesse momento, estimar o grupo de pessoas consideradas aptas a realizarem cursos de educação profissional, nada sabemos acerca do real interesse dessas pessoas em ingressar em tais cursos.

O que sabemos é que, dada a cultura bacharelesca existente no país, existe um interesse generalizado da população em assistir a cursos de nível superior. À medida que se sobe na escala da renda, aumenta a proporção de pessoas que conseguem, de fato, ir para a educação superior. É também nas faixas de renda mais altas que encontramos as maiores proporções de pessoas com escolaridade compatível com a requerida pela indústria (e, portanto, aptas a ingressarem diretamente em cursos de educação profissional).

Isto significa que, nas faixas de renda onde poderíamos encontrar um maior contingente de pessoas aptas a ingressarem em cursos de educação profissional, é onde provavelmente encontraremos a maior proporção de pessoas que não possuem interesse em realizar tais cursos. Inversamente, é bastante provável que nas faixas de renda mais baixas aumente o interesse das pessoas em ingressarem em cursos de educação profissional. Porém, em tais faixas, reduz-se de forma significativa a proporção dos que são de fato aptos a ingressarem diretamente em tais cursos, pois, para esses, serão necessárias ações concomitantes de educação básica para elevação do nível de escolaridade.

Este boletim se encerra com as seguintes considerações:

- a) é importante que o SENAI defina a faixa de renda para que possa definir uma política de atendimento e de gratuidade. Porém, como não dispomos de informações suficientes para identificar a proporção de pessoas aptas e interessadas a ingressarem em cursos gratuitos de educação profissional, sugerimos que, em um primeiro momento, não se escolha a faixa de renda para a gratuidade;

- b)** porém, é fundamental que se faça o registro dos que venham a se candidatar aos cursos do SENAI, assim como dos que passem no processo de seleção a tais cursos. É isto que nos dará a real dimensão dos que são aptos e possuem interesse por cursos gratuitos do SENAI e nos ajudará a definir, em um segundo momento, a faixa de renda que compatibiliza os objetivos da população, MEC, SENAI e indústria, que é a base para a definição de uma política de atendimento e de gratuidade;
- c)** é preciso definir uma estratégia de divulgação dos cursos de formação para o público que se deseja atingir. Como no Brasil prevalece a cultura bacharelesca, isto pode significar que nas faixas de renda onde poderíamos encontrar um público mais apto a frequentar nossos cursos (entre 2 e 3 salários mínimos de renda domiciliar *per capita*), é onde encontraremos o menor interesse por cursos de formação profissional;
- d)** como verificamos que a média de anos de estudo é menor quanto mais baixa for a renda, o atendimento em educação profissional associado à elevação de escolaridade básica de pessoas que possuem escolaridade abaixo da requerida pela indústria deveria priorizar jovens que se encontram em idade escolar.

## Referências

BARROS, Ricardo Paes et al. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

BARROS, Ricardo Paes et al. **A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza**. Rio de Janeiro: Ipea, 2007.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, v. 15, n. 42, p.123-142, fev. 2000.

HOFFMANN, Rodolfo. Elasticidade da pobreza em relação à renda média e à desigualdade no Brasil e nas Unidades da Federação. **Revista Economia – ANPEC**, 2005.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)**. Anos de 2006 e 2001.

NERI, Marcelo; GONZAGA, Gustavo; CAMARGO, José Márcio. Salário mínimo, “efeito-farol” e pobreza. **Revista de Economia Política**, v. 21, n. 2, p. 82, 2001.

SAULE JÚNIOR, Nelson et al. **Manual de regularização fundiária em terras da União**. Organização de Nelson Saule Júnior e Mariana Levy Piza Fontes. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.

PERO, Valéria; SZERMAN, Dimitri. **Determinantes da reinserção no mercado de trabalho formal**. Brasília: SENAI/DN, 2007. (Série Estudos Ocupacionais).

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TODOS PELA EDUCAÇÃO: nota técnica preliminar: metodologia para a obtenção das metas finais e parciais. Comissão Técnica do Compromisso todos pela Educação, 2007.

W. BELIK, GROSSI, Mauro Eduardo Del. Cadernos de Debate, UNICAMP, 2003.

INEP. Relatório nacional do Saeb - 2001. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.INEP.gov.br>>. Acesso em: out. 2008.

HAVEMAN, R.; WOLFE, B. The determinants of children's attainments: a review of methods and findings. **Journal of Economic Literature**, v. 33, n. 4, p. 1829-1878, 1995. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/a/aea/jeclit/v33y1995i4p1829-1878.html>>. Acesso em: out. 2008.

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (Org.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Editora UFMG: Belo Horizonte: 2008.

MACHADO, Danielle Carusi; GONZAGA, Gustavo. O impacto dos fatores familiares sobre a defasagem idade-série de crianças no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4., p. 449-476 out./dez., 2007.

SOARES, José Francisco. Qualidade e equidade na educação básica brasileira: a evidência do Saeb-2001. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, Santiago, v. 12, n. 38, ago. 2004.

# ANEXOS



## ½ Salário Mínimo – 2006

Região	Faixa de Idade	Média de Anos de Estudos na Indústria	Situação no Mercado de Trabalho	Média Anos de Estudo	Atendimento Direto à EP %
Norte	14 a 17 anos	6,3	Ocupado	4,9	27%
			Desocupado	5,5	36%
			Total	5,4	34%
	18 a 24 anos		Ocupado	6,2	48%
			Desocupado	6,8	57%
			Total	6,5	53%
	25 a 34 anos		Ocupado	5,4	36%
			Desocupado	5,9	42%
			Total	5,6	39%
	35 a 44 anos		Ocupado	4,2	26%
			Desocupado	4,1	27%
			Total	4,2	26%
	45 a 59 anos		Ocupado	2,9	14%
			Desocupado	2,8	15%
Total		2,9	15%		
mais de 60 anos	Ocupado	1,8	9%		
	Desocupado	1,3	3%		
	Total	1,4	5%		
Norte	Ocupado	4,7	31%		
	Desocupado	5,2	38%		
	Total	4,9	34%		
Nordeste	14 a 17 anos	Ocupado	5,2	30%	
		Desocupado	5,6	39%	
		Total	5,5	36%	
	18 a 24 anos	Ocupado	6,1	46%	
		Desocupado	6,6	55%	
		Total	6,3	51%	
	25 a 34 anos	Ocupado	4,4	27%	
		Desocupado	5,2	34%	
		Total	4,7	30%	
	35 a 44 anos	Ocupado	3,5	19%	
		Desocupado	3,9	22%	
		Total	3,6	20%	
	45 a 59 anos	Ocupado	2,2	10%	
		Desocupado	2,5	13%	
Total		2,3	11%		
mais de 60 anos	Ocupado	1,1	4%		
	Desocupado	1,1	4%		
	Total	1,1	4%		
Nordeste	Ocupado	4,1	26%		
	Desocupado	4,8	34%		
	Total	4,4	29%		
Sudeste	14 a 17 anos	Ocupado	6,7	20%	
		Desocupado	6,6	14%	
		Total	6,6	15%	
	18 a 24 anos	Ocupado	7,6	43%	
		Desocupado	7,9	47%	
		Total	7,8	46%	
	25 a 34 anos	Ocupado	5,8	21%	
		Desocupado	6,1	25%	
		Total	5,9	23%	
	35 a 44 anos	Ocupado	5,2	16%	
		Desocupado	5,4	18%	
		Total	5,3	17%	
	45 a 59 anos	Ocupado	3,6	7%	
		Desocupado	3,9	9%	
Total		3,8	8%		
mais de 60 anos	Ocupado	2,4	6%		
	Desocupado	2,2	3%		
	Total	2,2	4%		
Sudeste	Ocupado	5,5	38%		
	Desocupado	5,8	45%		
	Total	5,7	42%		

## Cont.

Região	Faixa de Idade	Média de Anos de Estudos na Indústria	Situação no Mercado de Trabalho	Média Anos de Estudo	Atendimento Direto à EP %
Sul	14 a 17 anos	8,4	Ocupado	6,6	12%
			Desocupado	6,3	12%
			Total	6,4	12%
	18 a 24 anos		Ocupado	7,3	29%
			Desocupado	7,3	36%
			Total	7,3	33%
	25 a 34 anos		Ocupado	5,7	18%
			Desocupado	5,9	23%
			Total	5,8	20%
	35 a 44 anos		Ocupado	4,8	19%
			Desocupado	4,6	23%
			Total	4,7	20%
	45 a 59 anos		Ocupado	3,5	9%
Desocupado		3,3	9%		
Total		3,4	9%		
mais de 60 anos	Ocupado	2,1	3%		
	Desocupado	1,7	1%		
	Total	1,8	2%		
Sul	Ocupado	5,2	33%		
	Desocupado	5,3	39%		
	Total	5,3	36%		
Centro-Oeste	14 a 17 anos	7,6	Ocupado	6,3	31%
			Desocupado	6,1	24%
			Total	6,1	25%
	18 a 24 anos		Ocupado	7,3	49%
			Desocupado	7,4	54%
			Total	7,4	52%
	25 a 34 anos		Ocupado	5,6	27%
			Desocupado	6,1	34%
			Total	5,8	31%
	35 a 44 anos		Ocupado	4,7	22%
			Desocupado	4,7	23%
			Total	4,7	22%
	45 a 59 anos		Ocupado	3,1	12%
Desocupado		2,8	8%		
Total		3,0	10%		
mais de 60 anos	Ocupado	2,4	8%		
	Desocupado	1,4	2%		
	Total	1,7	4%		
Centro-Oeste	Ocupado	5,2	34%		
	Desocupado	5,4	39%		
	Total	5,3	36%		
Brasil	14 a 17 anos	8,3	Ocupado	5,6	27%
			Desocupado	6,0	29%
			Total	5,9	28%
	18 a 24 anos		Ocupado	6,5	45%
			Desocupado	7,0	52%
			Total	6,8	49%
	25 a 34 anos		Ocupado	5,0	26%
			Desocupado	5,6	32%
			Total	5,3	29%
	35 a 44 anos		Ocupado	4,2	19%
			Desocupado	4,5	21%
			Total	4,3	20%
	45 a 59 anos		Ocupado	2,7	10%
Desocupado		3,0	11%		
Total		2,9	10%		
mais de 60 anos	Ocupado	1,5	5%		
	Desocupado	1,5	3%		
	Total	1,5	4%		
Brasil	Ocupado	4,6	24%		
	Desocupado	5,2	29%		
	Total	4,9	27%		

# 1 Salário Mínimo – 2006

Região	Faixa de Idade	Média de Anos de Estudos na Indústria	Situação no Mercado de Trabalho	Média Anos de Estudo	Atendimento Direto à EP %
Norte	14 a 17 anos	6,3	Ocupado	5,4	37%
			Desocupado	5,9	44%
			Total	5,8	42%
	18 a 24 anos		Ocupado	7,2	61%
			Desocupado	7,4	66%
			Total	7,3	63%
	25 a 34 anos		Ocupado	6,5	50%
			Desocupado	6,5	51%
			Total	6,5	50%
	35 a 44 anos		Ocupado	5,4	39%
			Desocupado	4,8	33%
			Total	5,2	37%
	45 a 59 anos		Ocupado	3,7	22%
			Desocupado	3,3	19%
Total		3,6	21%		
mais de 60 anos	Ocupado	2,1	9%		
	Desocupado	1,7	7%		
	Total	1,8	8%		
Norte	Ocupado	5,7	42%		
	Desocupado	5,5	42%		
	Total	5,6	42%		
Nordeste	14 a 17 anos	Ocupado	5,4	34%	
		Desocupado	5,9	44%	
		Total	5,8	41%	
	18 a 24 anos	Ocupado	6,9	56%	
		Desocupado	7,2	61%	
		Total	7,0	59%	
	25 a 34 anos	Ocupado	5,6	41%	
		Desocupado	5,7	42%	
		Total	5,7	41%	
	35 a 44 anos	Ocupado	4,6	30%	
		Desocupado	4,4	28%	
		Total	4,5	29%	
	45 a 59 anos	Ocupado	3,0	17%	
		Desocupado	2,9	16%	
Total		2,9	16%		
mais de 60 anos	Ocupado	1,3	4%		
	Desocupado	1,3	5%		
	Total	1,3	4%		
Nordeste	Ocupado	4,9	35%		
	Desocupado	4,9	36%		
	Total	4,9	35%		
Sudeste	14 a 17 anos	Ocupado	7,1	27%	
		Desocupado	6,9	18%	
		Total	6,9	20%	
	18 a 24 anos	Ocupado	8,4	54%	
		Desocupado	8,5	58%	
		Total	8,4	56%	
	25 a 34 anos	Ocupado	6,9	33%	
		Desocupado	6,9	35%	
		Total	6,9	34%	
	35 a 44 anos	Ocupado	6,0	23%	
		Desocupado	5,7	21%	
		Total	5,9	22%	
	45 a 59 anos	Ocupado	4,6	14%	
		Desocupado	4,2	11%	
Total		4,4	12%		
mais de 60 anos	Ocupado	2,4	4%		
	Desocupado	2,2	3%		
	Total	2,2	3%		
Sudeste	Ocupado	6,4	49%		
	Desocupado	5,9	47%		
	Total	6,2	48%		

## Cont.

Região	Faixa de Idade	Média de Anos de Estudos na Indústria	Situação no Mercado de Trabalho	Média Anos de Estudo	Atendimento Direto à EP %
Sul	14 a 17 anos	8,4	Ocupado	7,1	25%
			Desocupado	6,7	18%
			Total	6,9	20%
	18 a 24 anos		Ocupado	8,2	46%
			Desocupado	8,1	47%
			Total	8,1	46%
	25 a 34 anos		Ocupado	6,6	28%
Desocupado		6,7	32%		
Total		6,6	29%		
35 a 44 anos	Ocupado	5,7	30%		
	Desocupado	5,2	29%		
	Total	5,5	30%		
45 a 59 anos	Ocupado	4,3	17%		
	Desocupado	3,8	15%		
	Total	4,1	16%		
mais de 60 anos	Ocupado	3,1	7%		
	Desocupado	2,3	4%		
	Total	2,4	5%		
Sul	Ocupado	6,1	43%		
	Desocupado	5,6	42%		
	Total	5,9	43%		
Centro-Oeste	14 a 17 anos	7,6	Ocupado	6,8	41%
			Desocupado	6,4	30%
			Total	6,5	33%
	18 a 24 anos		Ocupado	8,0	61%
			Desocupado	8,0	62%
			Total	8,0	62%
	25 a 34 anos		Ocupado	6,6	40%
Desocupado		6,6	42%		
Total		6,6	41%		
35 a 44 anos	Ocupado	5,6	31%		
	Desocupado	5,2	28%		
	Total	5,4	30%		
45 a 59 anos	Ocupado	3,9	18%		
	Desocupado	3,4	14%		
	Total	3,6	16%		
mais de 60 anos	Ocupado	2,2	6%		
	Desocupado	1,7	3%		
	Total	1,8	4%		
Centro-Oeste	Ocupado	6,0	45%		
	Desocupado	5,6	43%		
	Total	5,8	44%		
Brasil	14 a 17 anos	8,3	Ocupado	6,1	32%
			Desocupado	6,4	32%
			Total	6,3	32%
	18 a 24 anos		Ocupado	7,6	55%
			Desocupado	7,7	60%
			Total	7,7	57%
	25 a 34 anos		Ocupado	6,3	38%
Desocupado		6,4	39%		
Total		6,3	38%		
35 a 44 anos	Ocupado	5,4	28%		
	Desocupado	5,1	26%		
	Total	5,3	28%		
45 a 59 anos	Ocupado	3,8	16%		
	Desocupado	3,6	14%		
	Total	3,7	15%		
mais de 60 anos	Ocupado	1,8	5%		
	Desocupado	1,8	4%		
	Total	1,8	4%		
Brasil	Ocupado	5,6	33%		
	Desocupado	5,4	31%		
	Total	5,6	32%		

## 2 Salários Mínimos – 2006

Regiões	Faixa de Idade	Média de Anos de Estudos na Indústria	Situação no Mercado de Trabalho	Média Anos	Acesso Direto à EP %
Norte	14 a 17 anos	6,3	Ocupado	5,7	41%
			Desocupado	6,1	48%
			Total	6,0	46%
	18 a 24 anos		Ocupado	7,8	67%
			Desocupado	7,8	69%
			Total	7,8	68%
	25 a 34 anos		Ocupado	7,3	58%
			Desocupado	6,9	55%
			Total	7,2	57%
	35 a 44 anos		Ocupado	6,2	47%
			Desocupado	5,2	37%
			Total	6,0	45%
	45 a 59 anos		Ocupado	4,6	30%
			Desocupado	3,8	24%
Total		4,3	28%		
mais de 60 anos	Ocupado	2,4	11%		
	Desocupado	2,1	10%		
	Total	2,2	10%		
Norte	Ocupado	6,3	49%		
	Desocupado	5,6	44%		
	Total	6,0	47%		
Nordeste	14 a 17 anos	Ocupado	5,6	37%	
		Desocupado	6,1	48%	
		Total	5,9	44%	
	18 a 24 anos	Ocupado	7,4	62%	
		Desocupado	7,4	64%	
		Total	7,4	63%	
	25 a 34 anos	Ocupado	6,4	49%	
		Desocupado	6,0	45%	
		Total	6,3	48%	
	35 a 44 anos	Ocupado	5,4	39%	
		Desocupado	4,7	32%	
		Total	5,2	37%	
	45 a 59 anos	Ocupado	3,8	24%	
		Desocupado	3,4	20%	
Total		3,6	23%		
mais de 60 anos	Ocupado	1,6	7%		
	Desocupado	1,6	7%		
	Total	1,6	7%		
Nordeste	Ocupado	5,5	41%		
	Desocupado	4,9	37%		
	Total	5,2	39%		
Sudeste	14 a 17 anos	Ocupado	7,4	36%	
		Desocupado	7,1	21%	
		Total	7,1	25%	
	18 a 24 anos	Ocupado	9,2	66%	
		Desocupado	8,9	64%	
		Total	9,1	65%	
	25 a 34 anos	Ocupado	8,1	48%	
		Desocupado	7,5	42%	
		Total	7,9	46%	
	35 a 44 anos	Ocupado	6,9	33%	
		Desocupado	6,3	27%	
		Total	6,8	31%	
	45 a 59 anos	Ocupado	5,5	21%	
		Desocupado	4,7	15%	
Total		5,2	19%		
mais de 60 anos	Ocupado	3,1	7%		
	Desocupado	2,7	5%		
	Total	2,8	5%		
Sudeste	Ocupado	7,2	58%		
	Desocupado	5,9	46%		
	Total	6,6	53%		

## Cont.

Regiões	Faixa de Idade	Média de Anos de Estudos na Indústria	Situação no Mercado de Trabalho	Média Anos	Acesso Direto à EP %
Sul	14 a 17 anos	8,4	Ocupado	7,5	33%
			Desocupado	7,0	22%
			Total	7,2	26%
	18 a 24 anos		Ocupado	9,1	60%
			Desocupado	8,6	56%
			Total	8,9	58%
	25 a 34 anos		Ocupado	7,8	42%
			Desocupado	7,4	41%
			Total	7,7	42%
	35 a 44 anos		Ocupado	6,8	29%
			Desocupado	5,8	22%
			Total	6,5	27%
	45 a 59 anos		Ocupado	5,2	16%
			Desocupado	4,4	12%
Total		4,9	15%		
mais de 60 anos	Ocupado	3,2	4%		
	Desocupado	2,8	4%		
	Total	2,9	4%		
Sul	Ocupado	7,0	53%		
	Desocupado	5,6	41%		
	Total	6,4	48%		
Centro-Oeste	14 a 17 anos	7,6	Ocupado	7,1	47%
			Desocupado	6,7	36%
			Total	6,8	39%
	18 a 24 anos		Ocupado	8,7	70%
			Desocupado	8,4	67%
			Total	8,6	69%
	25 a 34 anos		Ocupado	7,5	51%
			Desocupado	7,1	48%
			Total	7,4	50%
	35 a 44 anos		Ocupado	6,5	41%
			Desocupado	5,7	33%
			Total	6,3	39%
	45 a 59 anos		Ocupado	4,7	25%
			Desocupado	3,9	19%
Total		4,4	23%		
mais de 60 anos	Ocupado	2,7	9%		
	Desocupado	2,0	6%		
	Total	2,2	7%		
Centro-Oeste	Ocupado	6,8	52%		
	Desocupado	5,6	44%		
	Total	6,3	49%		
Brasil	14 a 17 anos	8,3	Ocupado	6,6	37%
			Desocupado	6,6	34%
			Total	6,6	35%
	18 a 24 anos		Ocupado	8,5	64%
			Desocupado	8,2	64%
			Total	8,3	64%
	25 a 34 anos		Ocupado	7,4	49%
			Desocupado	6,9	45%
			Total	7,3	47%
	35 a 44 anos		Ocupado	6,4	36%
			Desocupado	5,6	29%
			Total	6,2	34%
	45 a 59 anos		Ocupado	4,8	22%
			Desocupado	4,2	17%
Total		4,6	20%		
mais de 60 anos	Ocupado	2,4	7%		
	Desocupado	2,3	6%		
	Total	2,3	6%		
Brasil	Ocupado	6,5	40%		
	Desocupado	5,5	31%		
	Total	6,1	36%		

### 3 Salários Mínimos

Regiões	Faixa de Idade	Média de Anos de Estudos na Indústria	Situação no Mercado de Trabalho	Média Anos	Acesso Direto à EP
Norte	14 a 17 anos	6,3	Ocupado	5,7	42%
			Desocupado	6,2	49%
			Total	6,1	47%
	18 a 24 anos		Ocupado	8,0	69%
			Desocupado	7,9	70%
			Total	8,0	70%
	25 a 34 anos		Ocupado	7,5	61%
			Desocupado	7,1	56%
			Total	7,4	59%
	35 a 44 anos		Ocupado	6,5	50%
			Desocupado	5,4	40%
			Total	6,3	48%
	45 a 59 anos		Ocupado	5,0	33%
			Desocupado	4,1	26%
Total		4,7	31%		
mais de 60 anos	Ocupado	2,6	12%		
	Desocupado	2,3	11%		
	Total	2,4	12%		
Norte	Ocupado	6,6	52%		
	Desocupado	5,8	45%		
	Total	6,3	49%		
Nordeste	14 a 17 anos	Ocupado	5,6	37%	
		Desocupado	6,1	49%	
		Total	6,0	45%	
	18 a 24 anos	Ocupado	7,5	63%	
		Desocupado	7,5	65%	
		Total	7,5	64%	
	25 a 34 anos	Ocupado	6,7	51%	
		Desocupado	6,1	46%	
		Total	6,5	49%	
	35 a 44 anos	Ocupado	5,7	42%	
		Desocupado	4,9	33%	
		Total	5,5	39%	
	45 a 59 anos	Ocupado	4,2	27%	
		Desocupado	3,6	22%	
Total		4,0	26%		
mais de 60 anos	Ocupado	1,9	9%		
	Desocupado	1,8	8%		
	Total	1,8	8%		
Nordeste	Ocupado	5,7	43%		
	Desocupado	5,0	38%		
	Total	5,4	41%		
Sudeste	14 a 17 anos	Ocupado	7,5	38%	
		Desocupado	7,1	23%	
		Total	7,2	26%	
	18 a 24 anos	Ocupado	9,5	70%	
		Desocupado	9,1	67%	
		Total	9,4	69%	
	25 a 34 anos	Ocupado	8,6	54%	
		Desocupado	7,8	45%	
		Total	8,3	51%	
	35 a 44 anos	Ocupado	7,5	39%	
		Desocupado	6,6	30%	
		Total	7,2	37%	
	45 a 59 anos	Ocupado	6,1	26%	
		Desocupado	5,1	18%	
Total		5,7	23%		
mais de 60 anos	Ocupado	3,6	10%		
	Desocupado	3,1	7%		
	Total	3,2	7%		
Sudeste	Ocupado	7,7	62%		
	Desocupado	6,1	48%		
	Total	7,0	56%		

## Cont.

Regiões	Faixa de Idade	Média de Anos de Estudos na Indústria	Situação no Mercado de Trabalho	Média Anos	Acesso Direto à EP
Sul	14 a 17 anos	8,4	Ocupado	7,6	35%
			Desocupado	7,1	24%
			Total	7,3	27%
	18 a 24 anos		Ocupado	9,4	64%
			Desocupado	8,9	59%
			Total	9,2	63%
	25 a 34 anos		Ocupado	8,4	49%
Desocupado		7,7	44%		
Total		8,2	48%		
35 a 44 anos	Ocupado	7,3	35%		
	Desocupado	6,1	26%		
	Total	7,0	33%		
45 a 59 anos	Ocupado	5,8	22%		
	Desocupado	4,9	16%		
	Total	5,5	20%		
mais de 60 anos	Ocupado	3,6	6%		
	Desocupado	3,1	5%		
	Total	3,2	5%		
Sul	Ocupado	7,4	57%		
	Desocupado	5,8	43%		
	Total	6,8	52%		
Centro-Oeste	14 a 17 anos	7,6	Ocupado	7,2	49%
			Desocupado	6,8	38%
			Total	6,9	41%
	18 a 24 anos		Ocupado	9,0	73%
			Desocupado	8,7	69%
			Total	8,9	72%
	25 a 34 anos		Ocupado	8,0	56%
Desocupado		7,3	50%		
Total		7,8	54%		
35 a 44 anos	Ocupado	7,0	46%		
	Desocupado	6,0	36%		
	Total	6,7	44%		
45 a 59 anos	Ocupado	5,3	31%		
	Desocupado	4,3	23%		
	Total	4,9	28%		
mais de 60 anos	Ocupado	3,0	11%		
	Desocupado	2,3	8%		
	Total	2,4	9%		
Centro-Oeste	Ocupado	7,2	56%		
	Desocupado	5,8	45%		
	Total	6,6	52%		
Brasil	14 a 17 anos	8,3	Ocupado	6,7	38%
			Desocupado	6,7	35%
			Total	6,7	36%
	18 a 24 anos		Ocupado	8,7	67%
			Desocupado	8,4	66%
			Total	8,6	67%
	25 a 34 anos		Ocupado	7,9	53%
Desocupado		7,1	47%		
Total		7,7	51%		
35 a 44 anos	Ocupado	6,9	40%		
	Desocupado	5,9	32%		
	Total	6,6	38%		
45 a 59 anos	Ocupado	5,4	27%		
	Desocupado	4,6	20%		
	Total	5,1	24%		
mais de 60 anos	Ocupado	2,9	9%		
	Desocupado	2,6	7%		
	Total	2,7	8%		
Brasil	Ocupado	7,0	44%		
	Desocupado	5,7	32%		
	Total	6,4	39%		



## **SENAI/DN**

### **Unidade de Prospectiva do Trabalho – UNITRAB**

*Luiz Antonio Cruz Caruso*

Gerente-Executivo

*Luiz C. Caruso*

*Marcio Guerra Amorim*

Equipe Técnica

*Denise Cristina Correa da Rocha*

*Marcello José Pio*

*Danielle Kineipp de Souza*

*Rivaldo Moreira dos Santos Neto*

Apoio

## **SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – SSC**

### **Área Compartilhada de Informação e Documentação – ACIND**

*Maria Clara Pires*

Produção Editorial

*Gabriela Leitão*

Normalização

---

*Roberto Azul*

Revisão Ortográfica

*ExaWorld*

Projeto gráfico e diagramação





# ESCOLARIDADE E RENDA PARA EFEITO DE GRATUIDADE NO SENAI